

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). A partir de agosto de 2011, iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca Artex através da controlada American Sportswear Ltda. (“ASW”). Em 1º de janeiro de 2013, como forma de consolidação das operações de varejo da SGPSA, a Controlada ASW incorporou a controlada SRPSA e a controlada indireta MMartan, e alterou sua razão social para AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2014.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS (International Financial Reporting Standards), aplicável às demonstrações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a

vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionista controlador" representa todos os acionistas da Companhia e "não controlador" representa a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros,

retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.09.2014	31.12.2013
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Sucursal Argentina	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	58,88
Companhia Tecidos Santanense	56,51	52,65

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2014	2013	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	2,3426	-
30 de setembro	2,4510	2,2300	9,9%
Taxa média:			
30 de setembro (3 meses)	2,3193	2,2976	0,9%
30 de setembro (9 meses)	2,2954	2,1355	7,5%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2014. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Norma

Principais exigências

Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39

As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.

Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36

As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.

Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.

Entidades de Investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27

As alterações às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 introduzem o conceito de “Entidade de Investimento” nas IFRSs. As alterações estabelecem ainda uma exceção ao princípio geral de consolidação para Entidades de Investimento conforme a norma IFRS 10, introduzindo o requerimento de mensuração ao valor justo através do resultado de determinadas subsidiárias, em substituição à consolidação. Adicionalmente, as alterações determinam as divulgações requeridas para as entidades que atendem à definição de Entidade de Investimento.

Interpretação IFRIC 21 – Taxas

Fornece orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2014. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros (*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7 (*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010– 2012 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011– 2013 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Alterações às normas IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39 – Contabilidade de Hedge (emitido em 19 de novembro de 2013) (*)	Alterações à norma IFRS 9 como parte do projeto de contabilização de instrumentos financeiros referente à fase de contabilização de hedge (<i>“hedge accounting”</i>). As alterações incluem: (1) a introdução de um novo modelo de hedge accounting, juntamente com determinados requerimentos de divulgação relacionados com a atividade de gerenciamento de riscos; (2) uma opção para as entidades reconhecerem as mudanças no valor justo dos passivos financeiros para os quais foi feita opção de mensuração ao valor justo em Outros Resultado Abrangentes (“OCI”) ao invés de resultado; e (3) eliminação da data mandatória de adoção, que era inicialmente 1º de janeiro de 2015, para permitir que o IASB conclua outros aspectos do projeto de contabilização dos instrumentos financeiros.	Não há data de adoção obrigatória.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitido em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitido em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitido em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitido em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitido em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados (emitido em 21 de novembro de 2013) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais — alterações à IAS 27 (emitidas em 12 de agosto de 2014) (*)

Alterações à norma IAS 27 que permitem que as “entidades contabilizem os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas”. Espera-se que as alterações auxiliem algumas jurisdições a convergir suas demonstrações financeiras separadas às IFRSs, reduzindo os custos regulatórios, sem redução nas informações disponíveis aos investidores.

Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016. As alterações devem ser adotadas retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)

IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.

Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Operações compromissadas (*)	-	-	88.380	9.469
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	3.801	2.442
Depósitos no exterior	-	-	108.341	112.736
Depósitos em contas correntes	1.325	1.410	22.565	31.960
	-----	-----	-----	-----
	1.325	1.410	223.087	156.607
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Fundo de investimento – US\$	6.855	6.318
Depósito restrito	1.247	1.192
	-----	-----
	8.102	7.510
	=====	=====

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Clientes no mercado interno	512.231	493.873
Clientes no mercado externo	111.766	115.907
Operadoras de cartão de crédito	11.699	19.247
Partes relacionadas		
Mercado interno	4.531	3.876
Mercado externo	1.549	1.312
	-----	-----
	641.776	634.215
Provisão para devedores duvidosos	(31.087)	(29.619)
	-----	-----
	610.689	604.596
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 30 de setembro de 2014, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$14.030 (R\$20.862 em 31 de dezembro de 2013), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.331 (R\$1.615 em 31 de dezembro de 2013) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 79 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2013). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2014 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Saldo no início do período	(29.619)	(37.548)
Adições	(1.642)	(1.514)
Baixas	201	9.543
Variação cambial	(27)	(100)
	-----	-----
Saldo no final do período	(31.087)	(29.619)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Matéria-prima e secundários	195.032	190.637
Produtos em elaboração	151.810	133.628
Produtos acabados	283.891	256.298
Peças de reposição	73.043	65.083
	-----	-----
	703.776	645.646
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.09.2014</u>
Matéria-prima e secundários	(2.421)	-	1.261	1	(1.159)
Produtos em elaboração	(455)	-	455	-	-
Produtos acabados	(881)	(415)	-	(63)	(1.359)
Peças de reposição	(1.577)	-	-	7	(1.570)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(5.334)	(415)	1.716	(55)	(4.088)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Patrimônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	líquido	- %	período	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.097.246	52,92	(29.230)	580.612	605.403	(15.467)	(29.257)
Oxford Comércio e Participações S.A. (3)	232.867	63,37	2.457	147.568	137.947	1.448	15.624
Coteminas International Ltd.	26.320	100,00	(699)	26.320	25.900	(699)	(3.621)
Companhia Tecidos Santanense	273.654	2,07	2.792	5.664	5.639	58	662
Coteminas (Sucursal Argentina)	(29)	100,00	(17)	(29)	(15)	(17)	(12)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				760.135	774.874	(14.677)	(16.604)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas:							
Cantagalo General Grains S.A. (2)	366.454	27,50	(94.173)	100.775	42.995	(25.898)	(4.173)
Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	301.682	30,40	(235)	91.711	92.387	(68)	5.638
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				192.486	135.382	(25.966)	1.465
				=====	=====	-----	-----
Resultado de equivalência patrimonial						(40.643)	(15.139)
						-----	-----

(1) Em 2013, foram realizados os seguintes eventos: Em 5 de fevereiro de 2013, foi concluída a Oferta Pública Voluntária de Aquisição de 5.000.000 de ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, efetuada pela Companhia, ao valor de R\$3,00 por ação. A Companhia adquiriu 5.000.000 ações, passando a deter 64,01% do capital social da controlada (61,51% em 31 de dezembro de 2012). Com a variação da participação na controlada, a Companhia apurou deságio no valor de R\$14.866, registrado em prejuízos acumulados.

Em 8 de março de 2013, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi consignado o resgate da totalidade das ações preferenciais classe “B”, contra entrega de 22.194.096 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, à razão de 1,2 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA para cada ação preferencial classe “B” resgatada. O resgate foi realizado sem redução do capital social da Companhia. Portanto, a partir desta data, e considerando as transações acima, a Companhia passou a deter 52,92% do capital social da controlada SGPSA (61,51% em 31 de dezembro de 2012).

(2) Em 21 de outubro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que as coligadas direta Cantagalo General Grains S.A. (“Cantagalo”) e indireta CGG Trading S.A. (“CGG”) assinaram com a Sojitz Corporation acordo de investimento pelo qual, após cumpridas certas condições precedentes, a Sojitz subscreverá aumento de capital, passando a deter aproximadamente 5% da Cantagalo e 43% do capital social da CGG. Em decorrência do referido acordo, em 19 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital naquela coligada no valor de R\$16.082. Em 31 de janeiro de 2014, foi subscrito e integralizado aumento de capital na Cantagalo, juntamente com a Sojitz e outros acionistas, passando a Companhia a deter 27,50% de seu capital social.

(3) Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de outubro de 2014, foi aprovada a aquisição de 1.518.862 ações ordinárias de emissão da Oxford Comércio e Participações S.A. pelo valor de R\$15.918, com base em 30 de setembro de 2014. A Companhia, após essa aquisição, passou a deter 63,37%.

8. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	30.09.2014			31.12.2013
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	8,9	76.348	(21.357)	54.991	61.964
Edifícios	2,3	470.590	(183.814)	286.776	300.091
Instalações	5,3	278.720	(169.627)	109.093	111.725
Equipamentos	6,1	1.276.052	(875.626)	400.426	409.420
UHE - Porto Estrela (ii)	2,9	37.531	(11.929)	25.602	26.674
Usinas (CTS)	6,3	15.791	(7.817)	7.974	8.004
Móveis e utensílios	9,4	47.563	(28.389)	19.174	19.008
Veículos	19,7	23.282	(14.798)	8.484	38.266
Computadores e periféricos	18,9	52.511	(47.346)	5.165	5.186
Obras em andamento	-	115.823	-	115.823	99.491
Outros	10,2	110.309	(100.963)	9.346	11.636
		2.504.520	(1.461.666)	1.042.854	1.091.465
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado. A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferên- cias para o disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	30.09.2014
Terrenos e benfeitorias	80.278	3.729	(4.948)	(1.879)	256	(1.088)	76.348
Edifícios	490.393	11	(38)	(22.322)	2.968	(422)	470.590
Instalações	274.433	1.188	(444)	(779)	5.422	(1.100)	278.720
Equipamentos	1.271.717	13.788	(13.004)	(15.161)	21.199	(2.487)	1.276.052
UHE – Porto Estrela	37.528	3	-	-	-	-	37.531
Usinas (CTS)	15.462	326	-	-	3	-	15.791
Móveis e utensílios	52.166	2.461	(768)	(6.685)	118	271	47.563
Veículos	64.110	1.059	(14.212)	(28.051)	233	143	23.282
Computadores e periféricos	51.837	1.387	(442)	(1.656)	297	1.088	52.511
Obras em andamento	99.491	48.059	(793)	-	(29.607)	(1.327)	115.823
Outros	108.262	2	(527)	(827)	(889)	4.288	110.309
	2.545.677	72.013	(35.176)	(77.360)	-	(634)	2.504.520
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferên- cias para o disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	30.09.2014
Terrenos e benfeitorias	(18.314)	(6.717)	2.301	1.414	(48)	7	(21.357)
Edifícios	(190.302)	(8.390)	16	15.535	48	(721)	(183.814)
Instalações	(162.708)	(8.095)	373	437	-	366	(169.627)
Equipamentos	(862.297)	(40.014)	10.558	15.016	(17)	1.128	(875.626)
UHE - Porto Estrela	(10.854)	(1.075)	-	-	-	-	(11.929)
Usinas (CTS)	(7.458)	(359)	-	-	-	-	(7.817)
Móveis e utensílios	(33.158)	(2.161)	497	6.685	4	(256)	(28.389)
Veículos	(25.844)	(4.400)	3.245	12.350	-	(149)	(14.798)
Computadores e periféricos	(46.651)	(1.682)	423	1.656	13	(1.105)	(47.346)
Outros	(96.626)	(1.189)	313	827	-	(4.288)	(100.963)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.454.212)	(74.082)	17.726	53.920	-	(5.018)	(1.461.666)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$39.929 (R\$58.330 em 31 de dezembro de 2013) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências imobilizado	Variação cambial	30.09.2014
Custo	460.179	-	(122.874)	78.568	15.650	431.523
Depreciação	(353.243)	-	71.003	(53.920)	(13.307)	(349.467)
Provisão para perda	(48.606)	(3.829)	13.074	(1.208)	(1.558)	(42.127)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	58.330	(3.829)	(38.797)	23.440	785	39.929
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	28.496	27.427
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.307
Pontos comerciais (luvas)	47.649	48.681
Outros	22	22
	-----	-----
Total	119.777	119.740
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2013 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA, atualmente denominada AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.09.2014
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	27.427	-	1.069	28.496
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	48.681	(1.032)	-	47.649
Outros	22	-	-	22
	-----	-----	-----	-----
Total	119.740	(1.032)	1.069	119.777
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing”

operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$23.826 (R\$25.009 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil ("sub-leasing") de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$5.006 (R\$2.983 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	30.09.2014
2014 (*)	7.353
2015	25.152
2016	23.789
2017	22.044
2018	21.885

(*) 3 meses

A partir de 2018, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$206.776.

Para o período de 2014 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$47.900.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$14.570 (R\$21.814 em 31 de dezembro 2013), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$135.347 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Fornecedores no mercado interno	101.703	110.758
Fornecedores no mercado externo	91.818	99.383
	-----	-----
	193.521	210.141
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 29 dias (30 dias em 31 de dezembro 2013). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$52.366 (R\$57.729 em 31 de dezembro de 2013).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				30.09.2014	31.12.2013
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	15.207	21.433
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	15.207	21.433

BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 7,0	2023	29.645	26.423
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida) (*)	R\$	118,7 e 120,0 do CDI	2014	77.280	77.696
Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	124,0 do CDI	2014	16.672	30.217
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB) (*)	R\$	124,5 e 127,0 do CDI	2015	33.412	36.860
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP + 3,0	2014	-	1.909
Banco do Brasil S.A. (Giroflex/CCB)(*)	R\$	112,0 e 116,6 do CDI	2015	47.065	25.171
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	9.385	17.064
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	2015	23.929	43.508
Banco Votorantim S.A. (*)	R\$	100,0% CDI	2014	27.000	-
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	108,5 e 113,6 do CDI	2016	271.365	256.804
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	121 do CDI	2016	101.291	207.509
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+3 e TJLP+5,69	2017	14.708	46.538
Banco Santander S.A.	R\$	114,1 e 123,5 do CDI	2016	51.773	-
Outros	R\$	-	2023	78	98
				-----	-----
				734.017	812.663
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	2016	46.460	55.280
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	48	855
Banco Patagônia	\$ARG	15,3 e 27,5	2016	3.640	28.801
Banco Santander S.A.	US\$	2,3	2014	10.451	10.097
JP Morgan	US\$	Libor+0,85	2014	14.709	-
				-----	-----
				75.308	95.033
				-----	-----
Total				809.325	907.696
Circulante				(573.820)	(597.010)
				-----	-----
Não circulante				235.505	310.686
				=====	=====

(*) Incluem os saldos da controladora.

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2014	2015		2016	2017 a 2023	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	2.118	6.200	2.067	4.822	-	15.207
BNDES (Revitaliza)	2.118	6.200	2.067	4.822	-	15.207
BNDES (Finame)	847	3.096	1.067	4.268	20.367	29.645
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	77.280	-	-	-	-	77.280
Bradesco S.A. (Conta garantida)	16.672	-	-	-	-	16.672
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	-	33.412	-	-	-	33.412
Banco do Brasil S.A. (Giroflex/CCB)	-	47.065	-	-	-	47.065
Banco do Brasil – BNDES Progerem	3.052	6.333	-	-	-	9.385
Banco Votorantim S.A.	7.929	16.000	-	-	-	23.929
Banco Votorantim S.A.	27.000	-	-	-	-	27.000
Banco do Brasil S.A. (NCI)	31.457	199.908	-	40.000	-	271.365
Banco Itaú BBA S.A.	-	34.624	-	66.667	-	101.291
Banco Santander S.A.	208	-	-	-	14.500	14.708
Banco Santander S.A.	14.742	12.266	12.421	12.344	-	51.773
Outros	37	5	7	2	27	78
	183.460	365.109	17.629	132.925	34.894	734.017
Moeda estrangeira:						
Deutsche Bank (Securitização)	-	-	-	46.460	-	46.460
Banco Francês	48	-	-	-	-	48
Banco Patagônia	43	-	-	3.597	-	3.640
Banco Santander S.A.	10.451	-	-	-	-	10.451
JP Morgan	14.709	-	-	-	-	14.709
	25.251	-	-	50.057	-	75.308
Total	208.711	365.109	17.629	182.982	34.894	809.325

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Gaia”), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada indireta CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Característica da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do

Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na companhia na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debenture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debenture, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Os saldos, em 30 de setembro de 2014, eram assim compostos.

	Valor original atualizado	Encargos antecipados	SalDOS em 30.09.2014
Circulante	7.731	(2.550)	5.181
Não circulante	270.000	(4.345)	265.655
	-----	-----	-----
Total	277.731	(6.895)	270.836
	=====	=====	=====

Em 30 de setembro de 2014, todos os índices acima foram atendidos pela controlada indireta CSA.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	55.651.200
Preferenciais	66.894.628

	122.545.828
	=====

A movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de setembro de 2014 foi como segue:

	Saldos em 01.01.2013	20.02.2013 (1)	08.03.2013 (2)	13.05.2013 (3)	Saldos em 31.12.2013 e 30.09.2014
Ordinárias	43.531.958	24.488.517	(12.368.175)	(1.100)	55.651.200
Preferenciais	73.143.333	-	(6.126.905)	(121.800)	66.894.628
	-----	-----	-----	-----	-----
	116.675.291	24.488.517	(18.495.080)	(122.900)	122.545.828
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Em 20 de fevereiro de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Encorpar Investimentos Ltda., com a emissão de 24.488.517 novas ações ordinárias com direito de voto.

Na mesma Assembleia, foi aprovada ainda a criação de ações preferenciais classe “B”, sem direito a voto, menos favorecidas do que as existentes até então, e resgatáveis automaticamente em data certa, contra a entrega de ações ordinárias de emissão da SGPSA, companhia aberta controlada pela Companhia. As ações preferenciais classe “B”, quando emitidas, seriam resgatáveis contra entrega, pela Companhia, de 1,2 ações ordinárias de emissão da SGPSA por cada ação preferencial classe “B”.

(2) Em 8 de março de 2013, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, convertendo o total de solicitações apresentadas correspondente a 18.495.080 ações de emissão da Companhia em ações preferenciais classe “B”, sendo, das ações convertidas, 12.368.175 ordinárias e 6.126.905 preferenciais, conforme solicitações de conversão apresentadas pelos acionistas da Companhia. A mesma reunião aprovou o cancelamento das ações resgatadas. O valor de R\$66.872 apurado pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil da controlada SGPSA foi levado à conta de prejuízos acumulados.

(3) Em 14 de junho de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a nova expressão do capital social, refletindo o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, aprovado em deliberação do Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2013.

(4) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram a absorção de prejuízos acumulados no valor de R\$515.908 com reservas de lucros e de incentivos fiscais.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem

direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). Conforme descrito acima, essas ações foram canceladas em 13 de maio de 2013.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Controladora:				
Wembley S.A.	28.921	25.860	-	-
Coteminas International Ltd.	31.698	43.173	-	-
Innotex International Ltd.	5.956	5.565	-	-
Coteminas S.A.	-	1.086	1.232	-
Companhia Tecidos Santanense	8.775	-	-	1.392
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	3.751	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	79.101	75.684	1.232	1.392
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	28.921	25.860	227	-
Coteminas Argentina	-	-	15	2
Innotex International Ltd.	5.956	5.565	-	-
Holtex Inc.	34	32	-	-
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	3.823	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	38.734	31.457	242	2
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	30.09.2014	30.09.2013
Wembley Sociedade Anônima	2.341	2.408
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. – ENCORPAR	122	66
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	139	20
Innotex International Ltd.	125	122
Seda S.A.	36	8
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	50	-
Econorte – Empr.Constr.Norte de Minas Ltda	1	1
	-----	-----
	2.814	2.625
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a e 1,9% a.a. e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior em 2013).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, esse valor representa R\$7 (R\$43 no mesmo período de 2013).

Conforme previsto no acordo de acionistas da controlada SGPSA, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram provisionados pela controlada indireta SGUS a esse título o valor de R\$2.472 (R\$2.407 no mesmo período de 2013), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$2.628 (R\$3.416 em 31 de dezembro de 2013) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situa seu parque fabril e os escritórios daquela controlada indireta. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram provisionados R\$2.467 (R\$2.467 no mesmo período de 2013). As avaliações do imóvel e do aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13), convertida na Lei 12.973/14 que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da lei para conclusão dos impactos, porém, em análise inicial estes impactos não são relevantes.

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Resultado antes dos impostos	(52.565)	(24.156)	(66.582)	(17.094)
Equivalência patrimonial	40.643	15.139	25.966	(1.465)
Receitas não tributadas - RTT	-	-	(26.222)	(30.473)
Diferenças permanentes de controlada no exterior	-	-	(1.366)	(1.514)
Outras, líquidas	702	827	1.703	1.617
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(11.220)	(8.190)	(66.501)	(48.929)
Alíquota de 34%	3.815	2.785	22.610	16.636
Ajuste lucro presumido	-	-	(63)	3.338
Créditos fiscais não constituídos	(3.850)	(2.805)	(22.899)	(33.361)
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	-	1.201
Outros	35	20	1.582	269
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	1.230	(11.917)
	-----	-----	-----	-----
Imposto corrente	-	-	2.743	(11.348)
Imposto diferido	-	-	(1.513)	(569)
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 30 de setembro de 2014, a controlada CSA possuía R\$515.217 em prejuízos fiscais (R\$501.049 em 31 de dezembro de 2013) e R\$520.347 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$505.920 em 31 de dezembro de 2013), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas

ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 30.09.2014
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	30.902	(5.926)	421	25.397
Prejuízo fiscal, líquido	32.172	4.413	-	36.585
Créditos fiscais de controladas no exterior	8.235	-	946	9.181
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	71.309	(1.513)	1.367	71.163
	=====	=====	=====	=====
Passivo:				
Diferenças temporárias passivas	-	-	(251)	(251)
Deságio em investimentos	(5.049)	-	(1)	(5.050)
	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(5.049)	-	(252)	(5.301)
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2014	1.680
2015	11.245
2016	15.627
2017	25.154
2018 em diante	17.457

	71.163
	=====

O passivo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	957	1.018	19.336	16.856
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.333	5.810	36.533	22.406
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.211	10.382	11.824
IVA – Argentina	-	-	4.051	3.444
VAT – China e México	-	-	1.366	1.160
IPI a recuperar	1.779	1.779	1.805	1.845
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.562	3.562
Outros impostos a recuperar	2	2	4.910	5.576
	-----	-----	-----	-----
	19.844	20.382	81.945	66.673
Ativo circulante	(6.292)	(6.830)	(53.957)	(38.366)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.552	13.552	27.988	28.307
	=====	=====	=====	=====

17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$68.038 e R\$2.283, respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	1.055
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.456	2.319	6.287	6.071
PIS e COFINS	1.904	1.904	5.165	5.165
IPI bandeira estrangeira	2.465	2.647	2.465	2.647
Outras	328	328	1.665	2.181
Trabalhistas	974	993	13.279	10.437
Cíveis e outras	3.757	3.776	6.264	6.941
	-----	-----	-----	-----
	11.884	11.967	40.233	38.814
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	28.063	27.804	53.440	52.866
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de

conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de energia elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Saldos em 30.09.2014
Processos fiscais:				
Contribuição social	1.055	-	(264)	791
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.071	216	-	6.287
PIS e COFINS	5.165	-	-	5.165
IPI Bandeira Estrangeira	2.647	-	(182)	2.465
Outras	2.181	240	(756)	1.665
Trabalhistas	10.437	4.515	(1.673)	13.279
Cíveis e outras	6.941	437	(1.114)	6.264
	-----	-----	-----	-----
	38.814	5.408	(3.989)	40.233
	=====	=====	=====	=====

18. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de setembro de 2014 e 2013:

	30.09.2014	30.09.2013
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	655	693
Custo dos juros	3.583	2.978
Retorno sobre os ativos	(1.559)	(1.264)
Amortização líquida de perda atuarial	1.575	1.894
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.254	4.301
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	30.09.2014	31.12.2013
Provisão para plano de pensão	78.363	79.854
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	304	555
Outras provisões de benefícios a funcionários	5.686	7.634
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	84.353	88.043
	-----	-----
Circulante (b)	(8.194)	(7.831)
	-----	-----
Não circulante	76.159	80.212
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

19. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
	-----	-----	-----
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.116	489.512	797.201
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 30 de setembro de 2014, esse valor representava R\$63.305, sendo R\$16.544 classificados no passivo circulante e R\$46.761 classificados como passivo não circulante (R\$64.605 em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$15.973 classificados no passivo circulante e R\$48.632 classificados como passivo não circulante).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2014, somam R\$25.602 (R\$26.674 em 31 de dezembro de 2013) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	1.325	1.325	1.410	1.410	223.087	223.087	156.607	156.607
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	8.102	8.102	7.510	7.510
Duplicatas a receber	-	-	-	-	610.689	610.689	604.596	604.596
Outros créditos a receber	4.928	4.928	3.902	3.902	28.978	28.978	43.175	43.175
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	79.101	79.101	75.684	75.684	38.734	38.734	31.457	31.457
Outros créditos e valores a receber	2.061	2.061	2.060	2.060	14.869	14.869	16.803	16.803

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013		30.09.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	91.150	91.150	44.463	44.463	573.820	573.820	597.010	597.010
Debênture	-	-	-	-	5.181	5.181	-	-
Fornecedores	2	2	1.782	1.782	193.521	193.521	210.141	210.141
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	7.496	7.496	9.962	9.962
Outras contas a pagar	3.369	3.369	4.120	4.120	61.270	61.270	80.493	80.493
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	17.500	17.500	235.505	235.505	310.686	310.686
Debênture	-	-	-	-	265.655	265.655	-	-
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	7.074	7.074	11.852	11.852
Partes relacionadas	1.232	1.232	1.392	1.392	242	242	2	2
Concessões governamentais	-	-	-	-	46.761	46.761	48.632	48.632
Outras obrigações	60	60	136	136	24.635	24.635	25.779	25.779

(i) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da

Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Investimentos	101.930	109.539
Obrigações de controladas (SGUS)	(35.720)	(30.426)
	-----	-----
	66.210	79.113
 Em milhares de Dólares equivalentes	 27.013	 33.771
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.801	2.442
Duplicatas a receber	44.273	27.037
Fornecedores	(2.370)	(2.492)
Empréstimos e financiamentos	(10.451)	(10.097)
Partes relacionadas	125.957	116.723
	-----	-----
Total da exposição em Reais	161.210	133.613
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	65.773	57.036
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2014 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Baixa do Dólar	14.383	225	(8.644)	(17.514)
2015	Baixa do Dólar	51.390	15.297	(20.016)	(55.330)
		-----	-----	-----	-----
		65.773	15.522	(28.660)	(72.844)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, não houve

resultado com derivativos desta natureza.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	30.09.2014			31.12.2013	
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	270.000	7.731	(6.895)	270.836	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	200.000	29.369	(155)	229.214	11.104	211.104
Contrato de empréstimo -- Juros: 113,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2016	40.000	2.151	-	42.151	5.700	45.700
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	100.000	1.291	-	101.291	7.509	207.509
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,1% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	30.000	1.238	(347)	30.891	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	10.000	585	(157)	10.428	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	10.000	585	(131)	10.454	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2015	15.000	153	(189)	14.964	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2015	17.500	948	-	18.448	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 112,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	20.000	885	(286)	20.599	-	-
	712.500	44.936	(8.160)	749.276	24.313	464.313
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2014, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Alta do CDI	752.746	19.599	24.749	29.639
2015	Alta do CDI	741.546	65.556	92.531	112.317
2016	Alta do CDI	312.517	29.377	43.754	53.098
2017	Alta do CDI	138.177	7.735	11.255	13.615
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos (3 meses para 2014 e 12 meses para 2015 a 2017) e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 30 de setembro de 2014, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos	91.150	61.963	809.325	907.696
Debênture	-	-	270.836	-
Caixa e equivalentes de caixa	(1.325)	(1.410)	(223.087)	(156.607)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(8.102)	(7.510)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	89.825	60.553	848.972	743.579
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	977.305	995.992	1.639.717	1.671.583
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.067.130	1.056.545	2.488.689	2.415.162
	=====	=====	=====	=====

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

30.09.2014							
	América do Sul				América do Norte	(*)Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	875,4	206,0	307,9	1.389,3	499,3	(92,3)	1.796,3
Custo dos produtos vendidos	(625,8)	(108,7)	(252,6)	(987,1)	(440,6)	92,3	(1.335,4)
Lucro bruto	249,6	97,3	55,3	402,2	58,7	-	460,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(149,4)	(118,1)	(45,7)	(313,2)	(48,5)	(19,3)	(381,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(26,0)	(26,0)
Outras, líquidas	(0,3)	(2,3)	1,6	(1,0)	(7,4)	0,8	(7,6)
Resultado operacional	99,9	(23,1)	11,2	88,0	2,8	(44,5)	46,3
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(112,9)	(112,9)
Resultado antes dos impostos	99,9	(23,1)	11,2	88,0	2,8	(157,4)	(66,6)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	50,5	9,9	11,1	71,5	4,5	0,1	76,1
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total de ativos	2.038,5	241,0	448,0	2.727,5	327,4	237,3	3.292,2
Total de passivos	(1.032,2)	(88,3)	(174,3)	(1.294,8)	(355,5)	(2,2)	(1.652,5)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.006,3	152,7	273,7	1.432,7	(28,1)	235,1	1.639,7
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
30.09.2013							
	América do Sul				América do Norte	(*)Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	841,2	179,8	298,0	1.319,0	534,4	(60,9)	1.792,5
Custo dos produtos vendidos	(635,6)	(93,2)	(226,8)	(955,6)	(479,3)	60,9	(1.374,0)
Lucro bruto	205,6	86,6	71,2	363,4	55,1	-	418,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(149,2)	(117,2)	(41,0)	(307,4)	(50,5)	(18,8)	(376,7)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	1,4	1,4
Outras, líquidas	(3,7)	(0,4)	12,7	8,6	7,1	(2,9)	12,8
Resultado operacional	52,7	(31,0)	42,9	64,6	11,7	(20,3)	56,0
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(73,1)	(73,1)
Resultado antes dos impostos	52,7	(31,0)	42,9	64,6	11,7	(93,4)	(17,1)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	54,5	9,0	8,6	72,1	5,4	2,6	80,1
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total de ativos	1.911,8	226,6	405,1	2.543,5	334,9	311,8	3.190,2
Total de passivos	(894,3)	(152,2)	(128,1)	(1.174,6)	(365,2)	27,2	(1.512,6)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.017,5	74,4	277,0	1.368,9	(30,3)	339,0	1.677,6
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos)

como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	798,0	848,8
Utility bedding	347,7	301,7
Produtos intermediários	444,6	462,2
Varejo	206,0	179,8
	-----	-----
	1.796,3	1.792,5
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	31,0	37,6
Utility bedding	29,4	27,7
Produtos intermediários	36,9	39,6
	-----	-----
	97,3	104,9
	=====	=====

A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 30 de setembro de 2014 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

22. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.227.418)	(1.198.647)
Benefícios a empregados	(355.992)	(328.308)
INSS	(26.236)	(26.925)
Depreciação e amortização	(76.099)	(80.069)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	45.797	(65.152)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	1.319	12.758
Outros custos e despesas	(77.775)	(64.406)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.716.404)	(1.750.749)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
Custo dos produtos vendidos	(1.335.356)	(1.374.049)
Vendas	(248.648)	(248.718)
Gerais e administrativas	(123.057)	(119.549)
Honorários da administração	(9.343)	(8.433)
Total das despesas por função	(1.716.404)	(1.750.749)
	=====	=====

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.215.722	2.205.079
Deduções das vendas	(419.469)	(412.615)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.796.253	1.792.464
	=====	=====

24. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	30.09.2014	30.09.2013
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(52.565)	(24.156)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	55.651.200	54.112.371
Preferenciais	66.894.628	68.457.639
	122.545.828	122.570.010
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	(0,4289)	(0,1971)
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações em circulação, ajustado pelas emissões, resgates e cancelamentos do período.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *